

O direito à educação de meninos e meninas em situação de rua: reflexões a partir do Censo da População de Rua da cidade do Recife


The right to education for homeless boys and girls: reflections from the Census of Homeless Population in the city of Recife

El derecho a la educación de niños y niñas en situación de calle: reflexiones desde el Censo de la Población en situación de Calle en la ciudad de Recife

Otávio Augusto Alves dos Santos ^[a] 

Recife, PE, Brasil

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes ^[b] 

Recife, PE, Brasil

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Humberto da Silva Miranda ^[c] 

Recife, PE, Brasil

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Como citar: SANTOS, O.; FERNANDES, R. de A. U.; MIRANDA, H. da S. O direito à educação de meninos e meninas em situação de rua: reflexões a partir do Censo da População de Rua da cidade do Recife. *Revista Diálogo Educacional*, v. 24, n. 81, p. 605-622, 2024. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.24.081.DS12>

[a] Doutor em Desenvolvimento Urbano, e-mail: otavio.augusto@ufrpe.br

[b] Doutora em Ciências Sociais, e-mail: raquel.fernandes@ufrpe.br

[c] Doutor em História, e-mail: humberto.miranda@ufrpe.br

Resumo

Este artigo analisa alguns dados do Censo da População em Situação de Rua da cidade do Recife, com o recorte para a realidade de meninos e meninas em situação de rua nesta metrópole, a qual se considera, pelo lastro das violações e violências a que estão expostos, se inscrever no campo de vivência em contexto de calamidade humanitária. O objetivo do artigo se volta para a reflexão sobre a implementação reflexiva e efetiva de uma política de reconhecimento das trajetórias, identidades e cultura nos cotidianos escolares, que viabilize a inclusão com acolhimento, ou, a “hospitalidade incondicional”, citando o conceito de Derridá. O referido Censo adotou uma metodologia específica para a pesquisa com e sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, a partir da realização de grupos focais, produção de cartografias e histórias de vida. Os dados, considerando a atualidade do debate sobre a construção de uma Política Nacional de Cuidado, apontam para a necessidade de uma escola e uma educação que atuem pelo acolhimento dos cotidianos e culturas destes meninos e meninas, suas famílias e territórios. Só assim é que se pode operar a partir da perspectiva da inclusão com acolhimento e participação, se aproximando da perspectiva de uma educação cuidante e da hospitalidade incondicional.

Palavras-chave: Meninos e Meninas em situação de rua. Censo Pop rua. Direito a Educação. Política de Cuidado.

Abstract

This article analyzes some data from the Census of Homeless Population in the city of Recife, focusing on the reality of boys and girls living on the streets in this metropolis, which is considered, based on the violations and violence to which they are exposed, enroll in the field experience in the context of a humanitarian calamity. The objective of the article focuses on the reflective and effective implementation of a policy of recognition of trajectories, identities, and culture in everyday school life, which enables inclusion with welcoming, or “unconditional hospitality”, citing Derridá's concept. The aforementioned Census adopted a specific methodology for research with and about homeless children and adolescents, based on focus groups, production of cartographies, and life stories. The data, considering the current debate on the construction of a National Care Policy, point to the need for a school and education that acts to embrace the daily lives and cultures of these boys and girls, their families, and territories. Only in this way, we can operate from the perspective of inclusion with welcome and participation, approaching the perspective of caring education and unconditional hospitality.

Keywords: Boys and Girls living on the streets. Census of Homeless Population. Right to education. Care Policy.

Resumen

Este artículo analiza algunos datos del Censo de Población en Situación de Calle de la ciudad de Recife, centrándose en la realidad de los niños y niñas que viven en las calles de esta metrópoli, que consideran, en función de las violaciones y violencias a las que están expuestos, inscribirse en el contexto de una calamidad humanitaria. El objetivo del artículo se centra en reflexionar sobre la implementación reflexiva y efectiva de una política de reconocimiento de trayectorias, identidades y cultura en la vida escolar cotidiana, que posibilite la inclusión con acogida, u “hospitalidad incondicional”, citando el concepto de Derridá. El citado Censo adoptó una metodología específica de investigación con y sobre niños y adolescentes en situación de calle, basada en grupos focales, producción de cartografías e historias de vida. Los datos, considerando el debate actual sobre la construcción de una Política Nacional de Cuidados, apuntan a la necesidad de una escuela y una educación que actúe para abrazar la vida cotidiana y las culturas de estos niños y niñas, sus familias y territorios. Sólo así podremos operar desde la perspectiva de la inclusión con acogida y participación, acercándonos a la perspectiva de la educación solidaria y la hospitalidad incondicional.

Palabras clave: Niños y niñas que viven en la calle. Censo de la población em situación de calle. Derecho a la educación. Política de cuidado.

Introdução

Este artigo analisa aspectos referentes aos dados do Censo da População em Situação de Rua-PSR da cidade do Recife, realizado no período de outubro de 2022 a fevereiro de 2023, pesquisa que foi concebida e executada a partir de parceria firmada entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE e a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife. Para este artigo apresentamos os dados referentes a meninos e meninas em situação de rua nesta metrópole.

De início, vale considerar que, ainda que façamos o recorte na realidade de meninos e meninas, a vivência e sobrevivência nas ruas enquanto fenômeno, vincula este grupo ao de jovens, adultos/as e idosos/as a partir de trajetórias relacionadas à “subcidadania” tratada por Jessé Souza, à “pobrefobia” de Padre Julio Lancelotti, ao racismo estrutural de Silvio Almeida e a um projeto ainda bastante precário de formação democrática no Brasil. Em síntese, a presença e permanência destes corpos em condições precárias, vivendo em desalento nas ruas das cidades brasileiras, diz muito mais sobre nós enquanto sociedade do que sobre eles em particular.

“Invisíveis”, “inassimiláveis”, “indesejados”, é do não-lugar de cidadania que temos falado sobre os meninos e meninas que vivem ou circulam intensamente nas ruas das cidades, sejam as brasileiras, latino-americanas ou mundiais. E o silenciamento, assim como a produção e manutenção de mitos sobre este grupo, atuam para a histórica estigmatização que se faz presente entre nós, favorecendo a falácia, ora sobre a incapacidade de enfrentamento do problema, ora sobre a capacidade de resolução desta questão a partir da mera produção de acesso às políticas públicas.

Destacamos em nossa análise o risco, presente e experimentado por nós, sobre a reprodução das desigualdades, ainda que a partir da implementação das políticas públicas, quando silenciam, além dos meninos e meninas, suas histórias, suas experiências, seus sonhos. Partimos do pressuposto de que precisamos atuar de forma mais complexa para o enfrentamento do não-lugar que ocupa a escola e a educação nos projetos e sonhos destes meninos e meninas, que, provenientes de paisagens periféricas e famílias pobres, ocupam as ruas das cidades do Brasil.

Ressaltamos que não pretendemos propor neste artigo ideias à criação de novas soluções, mas um debate à implementação reflexiva e efetiva de uma política de reconhecimento das trajetórias, identidades e cultura nos cotidianos escolares, que viabilize a inclusão com acolhimento, ou, citando o conceito de hospitalidade de Derridá (2001), conforme apontado pela professora Maria Teresa Égler Mantoan (2019), uma hospitalidade incondicional, que manda “abrir as portas a cada um e a cada uma, a todo e a qualquer outro, a todo o recém-chegado, sem perguntas, mesmo sem identificação, de onde quer que ele viesse e fosse ele quem fosse” (Derrida, 2001).

O (re)conhecimento da complexidade e a politização do fenômeno dos meninos e meninas em situação de rua no Brasil é o que nos impulsionará à produção de melhores formas de atuação. Vivemos, até bem pouco tempo sob imperativo do negacionismo do desgoverno do Jair Messias Bolsonaro, o risco iminente de um apagão estatístico sobre os dados populacionais no país, vide o dilema para a realização do censo em 2020, e a descontinuidade de outras séries históricas em relação a dados sociodemográficos.

No entanto, cabe destaque, que este apagão é real no que diz respeito aos corpos que vivem nas ruas das cidades. O Brasil não possui dados censitários sobre a quantificação das pessoas em situação de rua. Em que pese o Projeto de Lei n° 4498, de 2020, que obriga o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE a inclui-los no Censo, este grupo populacional ainda permanece “invisível”.

No intuito de atenuar tal invisibilidade, até muito recentemente não atendida pelo IBGE, as gestões municipais vêm desenvolvendo experiências de recenseamento de forma bastante exploratória, a partir de metodologias experimentais, seja mediante o aproveitamento da experiência e atuação dos/as trabalhadores/as da Assistência Social e da Saúde, pela contratação de empresas especializadas em pesquisa social, ou através da construção de parcerias com Universidades públicas.

O Recife, metrópole com 3,7 milhões de habitantes, como os demais centros urbanos do País, apresenta-se como um terreno privilegiado para a manifestação das contradições da sociedade brasileira. Tida como uma das capitais mais desiguais do Brasil, Recife se viu diante da necessidade de atualizar as informações, visando subsidiar o planejamento municipal voltado à PSR, o que tornou urgente a realização de uma pesquisa censitária que apresentasse o cenário real das condições de vida deste segmento após o período da pandemia da COVID 19.

O Censo da PSR do Recife adotou uma metodologia específica para a pesquisa com e sobre as crianças e adolescentes em situação de rua. Este procedimento partiu do compromisso ético e político com os meninos e meninas, aqui reconhecidos e reconhecidas como sujeitos de direitos e de cidadania, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8.069 /1990).

Na América Latina, estar em situação de rua extrapola a falta de uma habitação que tenha condições mínimas e básicas, pois tem a ver com desproteção anterior dos direitos. No caso brasileiro, o conceito definido pela Política Nacional da PSR (BRASIL, 2009) expressa a situação do indivíduo em relação à rua, tal qual na perspectiva latino-americana. Isto é, não se trata da mera “ausência de moradia regular”.

Segundo a referida política, entende-se por população em situação de rua um...

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Conceito que se aproxima muito ao utilizado para as crianças e adolescentes em situação de rua, ou de sobrevivência nas ruas. A produção de dados sobre este grupo, se inscreve no campo de reflexões sobre efetivação de direitos, criação e implementação de políticas públicas, o que é essencial, se considerando os 33 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o reconhecimento da cronificação deste fenômeno, que pode ser memorado a partir dos 30 anos da Chacina da Candelária.

A menção à chacina neste artigo se deve, entre outros aspectos, tanto ao fato de ser um marco importante na luta sobre a condição degradante e de exposição à violência a que estão submetidos meninos e meninas que tomam as ruas como espaço de permanência, trabalho e/ou ampla circulação, mas, também, pelo fato de que a ampla repercussão obtida por este evento voltou a atenção para a costumaz e reiterada violência sobre estes corpos considerados indesejáveis nas cidades.

A chacina na noite de 23 de julho de 1993, muito distante de ser um fato isolado, representou uma espécie de deslocamento de ações de extermínio da periferia para o centro. As mortes de Paulo Roberto de Oliveira, 11 anos, Anderson de Oliveira Pereira, 13 anos, Marcelo Cândido de Jesus, 14 anos, Valdevino Miguel de Almeida, 14 anos, "Gambazinho", 17 anos, Leandro Santos da Conceição, 17 anos, Paulo José da Silva, 18 anos e Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos, não apenas chocaram, mas também expuseram o Brasil, não simplesmente pela violência do ato, mas principalmente pela

exposição e repercussão mundial sobre a banalização das vidas de parte das crianças e adolescentes no país.

Vinte anos depois, crianças e adolescentes ainda têm suas mortes banalizadas por conflitos violentos no Brasil, um dos cinco países que mais matam crianças e adolescentes. Neste sentido refletimos: como pensar a educação como caminho quando a ameaça e urgência do cotidiano empurra estes/as meninos e meninas para as ruas das cidades? Qual a escola/educação seria capaz de efetivamente hospedar de forma incondicional estes meninos, meninas e suas trajetórias atravessadas pelas ruas?

Para responder a estas perguntas apresentamos neste artigo reflexões a partir da pesquisa (militante) dos/as autores/as no campo dos direitos de crianças e adolescentes em Pernambuco e dos dados revelados a partir do Censo Pop Rua Recife. Destacamos que, a realização do Censo com crianças e adolescentes foi uma escolha política, pois nem todas as capitais que realizaram recentemente pesquisas censitárias desta natureza incluíram esse grupo. Ressalte-se que, além de incluídos/as, esses meninos e meninas participaram ativamente da produção de uma cartografia social, foram escutados em grupos focais (dois, ao todo) e produziram informações sobre as suas vivências no cotidiano das ruas.

Ao se voltarem sobre a cidade praticada, utilizando uma expressão de Michel de Certeau, elas e eles produziram imagens e representações de suas “táticas”, das diversas formas de trampolinagem, compartilhando o cotidiano inventado na capital pernambucana (Certeau, 2005).

O artigo retoma o debate sobre meninos e meninas em situação de rua, inclusive, resgatando reflexões das décadas de 1980 e 90, apresenta os dados revelados pelo Censo Pop Rua Recife, com recorte para os dados sobre os/as meninos e meninas, e, considerando a atualidade do debate sobre a construção de uma Política Nacional de Cuidado, aponta para a necessidade de uma escola e uma educação que, atuem pelo acolhimento dos cotidianos e culturas destes meninos e meninas, suas famílias e territórios.

De rua não, em situação de rua!

O debate sobre a situação de rua, e, particularmente, sobre a presença de meninos e meninas em situação de rua não é novo, ganha força principalmente nas décadas de 1980 e 90, e, mais recentemente, diante do reconhecimento da não resolução do problema, agravado pelo avanço do neoliberalismo, encontra novamente o seu lugar na agenda pública. Cabe a nós refletirmos sobre como garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação na escola, reafirmando a educação nos projetos e sonhos destes meninos e meninas.

Os primeiros registros datam da segunda metade do século XVI, quando foram denominadas pelo padre José Anchieta como moços perdidos, ladrões, maus e patifes (Leite, 2001). Por todos os séculos seguintes essas crianças e adolescentes, mesmo excluídas da história oficial do Brasil, sempre tiveram presença marcante na história social e cultural, resultado também de um processo de “abolição mal-feito” e de uma igualdade que nunca se efetivou no país.

Desde o período colonial, diversas cidades brasileiras, entre elas Recife, se tornaram cenário de abandono de meninos e meninas, o que torna o problema de hoje um passado fortemente demarcado no presente. Os problemas relacionados às diversas formas de abandono deste público foram

vivenciados de diferentes formas, e as ruas testemunharam as mais diversas formas de violações (Miranda, 2021).

Nesse processo histórico, ressaltamos que os debates relacionados ao que faz com que uma criança ou adolescente se encontre em situação de rua assumiram diferentes perspectivas. Até a década de 1990, dominava nas discussões sobre o tema uma quase completa ausência de base empírica para as investigações, é o que denunciava Fúlvia Rosemberg, no artigo O discurso sobre crianças de rua na década de 80, publicado em 1993.

A pesquisadora revelou que o esforço por sensibilizar a opinião pública em relação às condições degradantes e violências a que são expostas estas crianças e adolescentes, implicou em uma produção de dados exorbitante e, muitas vezes, descolada da realidade, incorporando diagnósticos “catastróficos, inverosímeis, distantes da realidade, estigmatizadores de famílias, crianças e adolescentes pobres, inadequados enquanto baliza para a ação” (Rosemberg 1993, p. 71).

De acordo com SARTI (1995) em A continuidade entre casa e rua no mundo da criança, aos primeiros anos do ECA, o reconhecimento de um problema crônico se associou à necessidade de afastar o fatalismo relacionado aos efeitos dos diagnósticos catastróficos e achar saídas que caminhassem pelos caminhos de encontro das políticas públicas para o universo cultural destas as infâncias pobres.

Para Rosemberg (1993), foi a partir da responsabilização individual pela pobreza, atrelada a uma perspectiva familista¹, que foi cunhado o discurso sobre a infância pobre no Brasil, principalmente aquele veiculado pela imprensa. O perigo do discurso propagado está, de acordo com a autora, no perigoso poder de persuasão do que resulta ser uma “retórica catastrófica”, sem solução, que acaba por localizar o problema nas famílias pobres, na sua indisposição para o trabalho, na disposição para a “procriação”, na suposta cultura da preguiça e na violência presente nos territórios periféricos.

A reflexão de Rosemberg (1993) dialoga com os primeiros esforços da Organizações das Nações Unidas (ONU) na década de 1980, no sentido de construir critérios adequados para uma conceituação, sobre a crueldade e extensão de situações específicas de risco em que vivem crianças e adolescentes em situação de rua, “geralmente associadas às manifestações de violência adulta, coletiva e individual, concreta ou simbólica, direta ou indireta” (Rosemberg, 1993, p. 71).

A questão política, apresentada tanto por Sarti (1995) quanto por Rosemberg (1993), e que ainda hoje se coloca, é saber onde nos leva um discurso que faz de um problema grave uma catástrofe insolúvel, ao criar um quadro de dificuldades tais que parecem insuperáveis e que responsabilizando os indivíduos por suas mazelas, desresponsabiliza sociedade e Estado. Nas palavras de Ferreira (1995), o que se produziu foi “uma crônica do dano anunciado”, prevendo um futuro negativo, sem esperanças e sem saída, cuja resposta se desloca para o tradicional assistencialismo caritativo que caracteriza o atendimento a crianças “carentes”, desobrigando o poder público de iniciativas que significassem uma ação efetiva para solucionar os sérios problemas da infância pobre no Brasil.

De acordo com estudo publicado em 2010, “Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano”, Rizzini (et. al. 2010) afirma que,

[...] O olhar sobre estas crianças e adolescentes como um problema continua presente. Ainda hoje predominam respostas inadequadas e ações repressoras por parte do poder público, representadas pelas operações de ‘controle urbano’ e de ‘recolhimento’ de crianças e adolescentes das ruas. Tais

¹ O termo familialismo tem sido usado especificamente para advogar um sistema de bem-estar, no qual se presume que as famílias assumirão a responsabilidade pelo cuidado de seus membros em vez de deixar essa responsabilidade para o governo.

ações violam seus direitos humanos, previstos em diversos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Rebatizadas de ações de 'acolhimento' e realizadas pelo poder público geralmente de forma violenta, estas práticas higienistas desconsideram os motivos pelos quais as crianças e os adolescentes passam a utilizar a rua como espaço de referência, perpetuando o exercício da criminalização da pobreza vigente desde os tempos do Brasil Colônia. Não se tendo conseguido atingir as raízes do problema, ele continua firmemente estabelecido (Rizzini *et al.*, 2010, p.8).

De acordo com Maria Helena Provenzano, coordenadora do Censo de Crianças e Adolescentes em situação de rua, realizado pela Prefeitura de São Paulo, em 2022, que identificou 3,7 mil crianças e adolescentes em situação de rua no município, "hora a criança está e hora não está, mas independentemente disso, quando está em situação de rua, está exposta aos riscos" (RIBEIRO, 2022).

O que já era apontado por Gregori (2000, p. 71) quando afirma que a rua é, e sempre será, um espaço de perigo para os que nela buscam a sobrevivência. No entanto, o perigo enfrentado ordinariamente nas ruas, muitas vezes torna-se pequeno quando comparado às manifestações de violência que se apresentam no universo familiar e nos bairros onde residem, "[...] no qual a violência física não é só virtual".

As pesquisas nacionais mais recentes, a citar "Conhecer para Cuidar", realizada pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) apontam que permanece presente o perfil conhecido: estes meninos e meninas via de regra são pobres, moradores/as das periferias das cidades; pretos/as e pardos em sua maioria; majoritariamente são adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos; o sexo predominante é o masculino; são vitimadas por inúmeras violações de direitos, entre as mais citadas a do trabalho infantil, violência doméstica, brigas verbais, violência física e sexual e que, estando nas ruas, a principal violência denunciada é a policial e de agentes públicos.

O censo Pop Rua do Recife trabalhou com uma proposta de definição de crianças e adolescentes em situação de rua, que se origina das discussões feitas pelo CONANDA e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sendo sistematizadas na Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe acerca das Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social (Brasil, 2017).

De acordo com essa Resolução, crianças e adolescentes em situação de rua são pessoas em desenvolvimento de suas características e potencialidades físicas, mentais e sociais, que por diversos motivos tiveram seus direitos humanos negados ou violados, e que por isso se encontram na condição de depender dos espaços públicos e áreas abandonadas como lugar de moradia e sobrevivência.

A Resolução também estabelece que as crianças e os adolescentes não são indivíduos isolados em seus núcleos familiares, mas destaca que, para ser considerado como alguém que vive em situação de rua, é necessário que eles/elas estejam com os vínculos familiares e comunitários rompidos ou seriamente prejudicados. A ênfase recai sobre o termo comunitário, que avança pelo entendimento de que, muitas vezes, são os adultos do entorno comunitário que assumem a responsabilidade de cuidar desses meninos e meninas.

É importante destacar que, no bojo das políticas socioassistenciais, a pesquisa censitária se fundamentou nos documentos produzidos pela campanha "Criança não é de rua". De acordo com a publicação da campanha, podemos considerar que a situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada a:

I – trabalho infantil; II – mendicância; III – violência sexual; IV – consumo de álcool e outras drogas; V – violência intrafamiliar, institucional ou urbana; VI – ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; VII – LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia; VIII – cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; IX – encarceramento dos pais (Brasil, 2017, p. 28).

Buscando responder as questões propostas para a reflexão ora aqui apresentada, apontamos para o fato de que atualmente avançamos no país rumo a constituição de uma Política Nacional do Cuidado. A Secretaria Nacional de Cuidados e Família foi criada na nova configuração do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, antigo “MDS”, e em alguma medida nos revela, ou nos induz à expectativa, do surgimento de novas abordagens na forma de construção e condução das políticas públicas relacionadas ao campo da proteção social e garantia de acesso a direitos, entre eles o da educação.

Nos caminhos da Pesquisa, o encontro com os meninos e as meninas em situação de rua no Recife

Nós que estamos nas ruas, às vezes, somos criticados, julgados... Assim, quando a gente passa, a população pensa que a gente vai mexer, vai roubar, mas a gente não vai praticar isso. A gente não vai praticar o mal, né? (Relato de um adolescente em escuta na sede do Ruas e Praças)

O relato do adolescente atendido pelo Grupo Ruas e Praças, organização da sociedade civil que realiza ações socioeducativas no Recife voltadas para os meninos e meninas em situação de rua, registra a fala de um adolescente sobre as diferentes imagens e representações que os setores da sociedade produzem sobre eles. Conforme afirma Judith Butler, esses “enquadramentos” produzem práticas sobre “sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos”, e vidas que não são reconhecidas como vidas (Butler, 2017, p. 17).

Para além do registro, o depoimento marca o sentimento desse adolescente sobre as possíveis reações das pessoas ao conviverem com eles/as nas ruas da cidade, o que também pode ser alargado para outros espaços públicos e privados, a citar o da educação. Estas representações produzem estigmas e preconceitos que impactam diretamente nas relações sociais e na própria forma como o adolescente se percebe nos espaços em que circula. São “vidas precárias”, “vidas perdidas na guerra” que precisam ser encontradas e reconhecidas pelas “políticas sociais concretas, no que diz respeito a questões de habitação, educação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico” (Butler, 2017, p. 31).

O Censo do Recife, conforme já apontado, produziu uma metodologia específica para trabalhar a pesquisa com crianças e adolescentes. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa buscou não apenas realizar a contagem do número de crianças e adolescentes nas ruas da cidade do Recife, mas também nas instituições de acolhimento (Casa-Lar e Abrigo Institucional) e nas organizações da sociedade civil, regularmente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA/Recife). Esses diferentes espaços se tornaram lócus da pesquisa censitária, que buscou articular toda rede de proteção, para além da pesquisa realizada no próprio cenário das ruas.

Para execução da pesquisa censitária sobre e com as crianças e adolescentes, registramos as seguintes etapas: 1) articulação com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil; 2) escuta ativa com as organizações da sociedade civil; 3) definição da metodologia, organização do trabalho de

campo e procedimentos de análises dos dados coletados; 4) Incorporação do segmento criança e adolescente na etapa de contagem do Censo; 5) Realização dos grupos focais com este segmento.

Na primeira etapa, referente ao processo a que chamamos de “aquilombamento”, ou seja, de articulação com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, ficou definida a necessidade de uma metodologia específica para o recenseamento deste segmento. Na segunda etapa, denominada fase da escuta ativa, o diálogo com as instituições e as organizações que atendem diretamente as crianças e adolescentes.

Os encontros realizados, na primeira e na segunda etapas, também possibilitaram o debate sobre o próprio conceito de criança e de adolescente adotado pela pesquisa censitária, seus aportes legais e documentos normativos referendados. Compreendendo que a própria construção da pesquisa representa ato político e educativo de reflexão sobre e para a ação.

A terceira fase consistiu na definição metodológica dos grupos focais, realizados nas diferentes instituições, e na produção da cartografia social, produzida pelas próprias crianças e adolescentes. Ao todo, foram realizados dois grupos, um na casa de acolhimento Raio de Luz, outra na sede do grupo Ruas e Praças. A utilização dessa metodologia possibilitou o compartilhamento das diferentes visões e versões sobre o cotidiano da sobrevivência, os sentimentos e as diferentes formas de os meninos e meninas se apropriarem do espaço das ruas do Recife.

Essa metodologia ajudou a despertar as diferentes subjetividades humanas, narrativas de resiliências e táticas de sobrevivência concretas, individuais ou coletivas, produzidas nas ruas da cidade do Recife, nos aproximando da perspectiva apontada por bell hooks em “Ensinando a transgredir: a educação como prática para a liberdade” (2013). Isto é buscamos perceber esses meninos e meninas não como meros informantes, mas como seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas que tem muito a nos dizer sobre o que buscávamos compreender.

As crianças e adolescentes em situação de rua em números

Para contextualizar os dados sobre crianças e adolescentes na capital pernambucana, apresentamos os dados gerais obtidos pelo Censo Pop Rua Recife. A população total recenseada foi de 1806 pessoas vivendo nas ruas da cidade do Recife em outubro de 2022, esta população é majoritariamente formada por adultos, isto é, pessoas que tem entre 18 e 60 anos de idade.

Apesar de termos encontrado uma rua majoritariamente adulta, o quantitativo de idosos, crianças e adolescentes é representativo e motivo de preocupação, uma vez que se trata de grupos etários mais vulneráveis. A pesquisa levou em consideração as crianças e adolescentes que estavam nas ruas do Recife no decorrer do trabalho de contagem, mas também aquelas que estavam sendo atendidas pelas instituições governamentais e pelas organizações não governamentais, tendo o resultado de 42 crianças e 44 adolescentes contados e identificados. Assim, 6,10% da população de rua do Recife é formada por crianças e adolescentes.

A cidade do Recife é organizada a partir de 6 Regiões Político-Administrativas (RPAs) e a pesquisa contemplou todas elas. Considerando a circulação dessas crianças e adolescentes, constatamos que a maioria das crianças e adolescentes circula nas RPAs¹ (que compreende ao centro do Recife, contemplando o que pode ser chamado “Recife antigo”, o bairro da Boa Vista e adjacências) e 5 (compreende a Zona Sul, contemplando a área da praia de Boa Viagem e adjacências), ambas áreas de

maior circulação geral, seja de pessoas, produtos e turistas. Depreende-se que a concentração nessas regiões se deve a possibilidade de trabalho, ajuda e/ou renda.

No que se refere ao gênero, 75% das crianças e adolescentes são do sexo masculino. Historicamente, as ruas do Recife são marcadas pelo maior número de meninos em situação de rua. Mesmo representando o percentual de 25%, consideramos que o número de meninas é expressivo e que merece atenção por parte das políticas públicas e pelos serviços de atendimento, haja vista a trajetória de vida marcada por violência e vulnerabilidades, ainda mais acentuada pela cultura machista e sexista presentes nas redes de sociabilidades produzidas nas ruas. No entanto, é também urgente a incorporação de temas como masculinidade e heteronormatividade no atendimento/acolhimento destes meninos.

Sobre a dimensão cor/raça, os meninos e meninas em situação de rua do Recife são majoritariamente pretos e pardos. Registramos que, no decorrer da pesquisa qualitativa, foi constatado que a maioria se reconhece como negros e negras, o que é um passo bastante importante à racialização de suas compreensões sobre a realidade social, mas também para processos educativos voltados à transgressão, conforme apontado por bell hooks (2013).

As ruas, os vínculos e as diferentes formas de violência

Muita gente dormia na rua e acordava com pé queimado. Quem vive na rua não é porque quer, é por necessidade. A condição que a mãe não tinha para criar. (Fala de um adolescente no Grupo Focal 1, Raio de Luz, Raio de Luz)

É importante dizer que nos grupos focais questões como uso abusivo de drogas, violências vividas e/ou presenciadas, formas de lazer, níveis de escolaridade, arranjos familiares, direitos assegurados e violados, maneiras de adquirir renda, cuidados com a saúde, dentre outras, vieram à tona e foram trazidas para ao “centro da roda” como elementos centrais para a compreensão da vida vivida na rua.

O diálogo abaixo descortina como foram marcantes os relatos de meninos e meninas em situação de rua sobre os vínculos familiares experienciados. De acordo com a campanha Criança não é de Rua, essas crianças e adolescentes possuem trajetórias marcadas por “vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, em que a vulnerabilidade foi sendo progressivamente ampliada antes de chegar a fixar a vida no espaço da rua”.

Eu fui desprezado pela minha família. Fui abandonado. Fui colocado para fora de casa. (Adolescente 1, menino, Ruas e Praças)

Só tu? [risos] (Fala de um adolescente no Grupo Focal 2, Ruas e Praças)

A mesma coisa eu... (Adolescente 3, menino, Ruas e Praças)

O meu contato com a família é na rua mesmo. (Fala de um adolescente no Grupo Focal 2, Ruas e Praças)

- O meu é de boa... (Fala de um adolescente no Grupo Focal 2, Ruas e Praças)

Depois que minha mãe sumiu, tio, eu meio que baratinei. Não quis ficar com minha avó porque ela é usuária desses negócios e é metida em tráfico e aí não quis ficar na rua mesmo. Ficar por aí andando (Fala de um adolescente no Grupo Focal 1, Raio de Luz).

Quando eu era pequena, eu saía muito e passei por uma situação que quase que morria. Mas, graças a Deus, Deus me deixou, né. Pegavam mulher grávida e estupravam. Já mataram um monte de gente. Abusaram do meu irmão de nove anos. Degolaram o pescoço dele, mas Graças a Deus ele está vivo. Fui para rua, passava necessidade, tenho meu filho de dois anos e dois meses, porque o pai dele não

queria dar a pensão [...] Essa situação de rua é complicado. Para a pessoa sair é preciso pedir a Deus para voltar com vida... Tem que sair com uma faca ou com qualquer coisa. (Fala de uma adolescente no Grupo Focal 1, Raio de Luz).

Os relatos dos meninos e meninas, produzidos no decorrer dos grupos focais, sinaliza práticas de abandono, negligência e outras formas de violência relacionadas à combinação entre instabilidade familiar, agravada por separações e mortes, aliada a instabilidade econômica estrutural.

A pesquisa constatou que, também na capital pernambucana, as crianças e adolescentes em situação de rua são oriundas de famílias pobres ou que vivem a situação da extrema pobreza, que também foram abandonadas e vitimadas pelas fragilidades das políticas sociais de transferência de renda e marcadas pelo não acesso digno ao mundo do trabalho. Muitos desses meninos e meninas tiveram que conviver, desde muito cedo, com adultos que consumiam abusivamente álcool e outras drogas, que passavam por mendicância, sofrimento ou transtorno mental, e muitos vivenciaram formas de abuso e violência sexual nos espaços intrafamiliares.

Estamos falando de crianças que viram nas ruas uma saída diante da falta de outras alternativas para os inúmeros problemas que enfrentam em suas famílias, com as quais não deixam necessariamente de ter vínculos. A rua, com seus atrativos de “aventura”, acaba por se tornar um lugar desejável, relativamente ao que encontram em casa (Camargo, 1996).

Compreendemos que a materialização do cuidado enquanto direito depende, necessariamente, da oferta de um conjunto articulado de políticas públicas, sociais e econômicas, por parte do Estado, bem como da positividade do direito ao cuidado nas legislações brasileiras, estabelecendo o que chamamos de sistemas públicos de cuidado. Eliane Muller e Liliâne Moser (2022), embasadas em Valéria Esquivel (2011), destacam como uma das maiores potencialidades da visibilidade da Economia do Cuidado a contribuição para inserir o cuidado com um problema de política pública, retirando-o do domínio privado e desnaturalizando-o como responsabilidade das mulheres.

Ressaltamos que muitos dos não acessos e/ou acessos precários vivenciados por estes meninos e meninas (o que impacta no não -lugar da escola /educação) está relacionado à incapacidade de suas famílias e territórios de lidarem com as demandas relacionadas à proteção integral. E, de acordo com Sarti (1995) “o fato de não existirem garantias de instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares”, faz com que estas crianças, busquem alternativas de cuidado fora da casa, nas comunidades, bairros, cidades, passando ao largo da educação escolar e da escola.

Os desafios para a educação dos meninos e meninas em situação de rua na capital pernambucana

Neste artigo em que refletimos como pensar a educação como caminho frente a ameaça e urgência do cotidiano e sobre qual a escola/educação seria capaz de efetivamente hospedar de forma incondicional estes meninos, meninas e suas trajetórias, nos deparamos com dados que remetem efetivamente à complexidade para a ação.

No aspecto das trajetórias educacionais, a pesquisa revelou que 90% não frequentam instituições de ensino regular. Verificamos que esses meninos e meninas não concluíram o ensino fundamental, o que torna ainda mais desafiadoras e necessárias políticas educacionais reparadoras da defasagem educacional dessas crianças e adolescentes. É preciso que tais políticas considerem a

trajetória histórica desses meninos e meninas, produzindo possibilidades de pedagogias que acolham as diferentes potencialidades, sem considerar de forma prioritária as fragilidades.

O meu sonho é sair da rua. Vim aqui para os Ruas e Praças para treinar, para ser jogador de futebol e ajudar uns aos outros. Somente isto. (Fala de um adolescente no Grupo Focal 2, Ruas e Praças)

Consideramos que a crise econômica e social teve desdobramentos que impactaram, de forma direta, a trajetória educacional dos meninos e meninas, acentuando as desigualdades educacionais e dificultando o enfrentamento das barreiras de acesso. Os dados coletados, no decorrer da pesquisa, além de apontarem para a extrema fragilidade educacional, apontam a desmotivação desses meninos e meninas retornarem aos espaços escolares, o que sinaliza a necessidade da produção de políticas e programas que considerem, de forma prioritária, a trajetória da situação de abandono e desproteção extrema vivenciada por estas crianças e adolescentes.

De acordo com Sarti (1995) “todo esse circuito - que vai desde o desgarramento da moradia precária até uma prolongada presença nas ruas – envolve diferentes processos socioculturais, que deveriam ser mais amplamente considerados pelo poder público, por suas instituições de educação formal e informal.

[...] a ineficácia dos projetos que se propõem a tirar os(as) meninos(as) das ruas aponta para a necessidade de se focar mais o momento em que eles se desgarram de seus contextos socioculturais de origem e, aí, concentrar a energia que, na verdade, poderia mais prevenir do que, dadas as evidências de que isto é muito difícil, remediar...” (Sarti, 1995, p. 52).

Longe de serem totalmente desgarrados, é deste contexto sociofamiliar, descrito em alguns de seus aspectos, que se originam os “meninos de rua”, o que, voltando ao problema dos abismos de comunicação entre as crianças pobres e os programas educativos que lhes são dirigidos, não pode deixar de ser levado em conta, quando se pensa em resgatar um sentido para a existência destas crianças, que se constrói pela elaboração de sua própria experiência de vida (Sarti, 1995).

No entanto, ao nos voltarmos às possibilidades deste não-lugar atual da educação no cotidiano ser ocupado por desejos e sonhos que interseccionem com a escola, percebemos tal qual afirmado por Lorena Freitas (2016), em *A instituição do fracasso: a educação da ralé* no livro de Jessé Souza, a Ralé brasileira, que é preciso compreender por que as nossas escolas públicas, em sua maioria, falham quanto à assumida tarefa de oferecer aos jovens pobres de todo o Brasil possibilidades percebidas como objetivas de melhorarem suas vidas.

No artigo, o fracasso educacional é analisado a partir da trajetória de dois jovens, Anderson e Juninho, para quem a desorganização familiar e má-fé institucional determinam trajetórias de vida marcadas pelo fracasso escolar e posteriormente profissional. O argumento da pesquisadora, seguindo a tese defendida por Jessé Souza (2016), é de que o fracasso coletivo é encoberto enquanto tal e aparece a todos, principalmente àqueles que o sofrem, como fracasso individual, responsabilidade pessoal de cada indivíduo (FREITAS, 2016, p.325-326).

As crianças e adolescentes que protagonizam este Censo apesar de se mostrarem como sujeitos potentes, com efetiva capacidade de sobrevivência e resiliência, afirmaram reiteradamente que não tinham perfil para a escola, ou “cabeça boa para a educação”. Nos grupos a escola sempre foi apontada como um lugar de violação de direitos, de não-acesso, de fortalecimento de estigmas. “A escola não quer ‘cheira-cola’, tio!”, repetiam a todo momento.

Os meninos e meninas não percebiam na escola uma oportunidade de saída das ruas, porque não havia sido investido em sua formação os valores e o entendimento da importância da escolarização para a construção de um futuro mais próspero e seguro. A percepção então fortalecida era a de que a escola não contribuía em muita coisa, e que mais valia aprender algum saber prático para o mundo do trabalho (leia-se, trabalho precário e mal remunerado).

Os familiares desses meninos e meninas são pessoas oriundas de contexto periféricos, trabalhadores precários, que atravessaram diversas violações de direitos e, muito provavelmente, também não tiveram acesso à escola/educação de forma plena. Assim, a persistência em um modelo de escola não hospitaleira, que não promove o diálogo na construção de saberes, termina por não contribuir com a necessária quebra da sequência intergeracional de não-acessos. Em outras palavras, a escola permanece funcional à reprodução das desigualdades sociais.

Expostos a diferentes formas de violência e longe das escolas, esses/as meninos e meninas buscam produzir redes de sociabilidades marcadas por momentos de descontração, que se manifestam em brincadeiras e diversões construídas no convívio social, como: jogar bola, queimado, esconde-esconde. O projeto de melhorar de vida é apontado a partir de outras vias, como virar “patrão”, ‘empresário’, “jogador”, “ter o próprio negócio”, o emprego formal, com “carteira assinada”, assim como o diploma, parece não fazer parte deste universo.

Neste Censo, as brincadeiras e diferentes formas de trampolinagem foram observadas como meios de sobrevivências, “artes de fazer” o cotidiano das ruas, táticas praticadas na invenção do cotidiano (Certeau, 2005). A pesquisa também sinalizou que o uso da “cola” e de outras drogas representa, para alguns, modos de se divertir, integradas a rotina, para outros, o consumo da cola está diretamente relacionado à possibilidade de aliviar a dor ou até a fome.

Os meninos e meninas também falam em sonhos. É na capacidade de sonhar que se manifesta o humano que projeta a esperança em dias melhores. Entre os sonhos compartilhados com mais frequência no decorrer das rodas, escutamos: “sair da rua”, “trabalhar” e “voltar para minha família”.

Como fazer com que estes sonhos interseccionem com a escola é o que nos propomos neste artigo. A potência destas ideias de transformar a inclusão como acesso, para a inclusão com acolhimento, vem da potência de sua capacidade de mudar a escola, mudar no sentido de efetivamente promover uma educação integral, integrada aos territórios, as histórias e trajetórias. Está posto que não é suficiente apenas garantir o acesso, mas viver a educação e a escola, mudar o sentido da escola, alinhá-lo ao sentido da vida, de uma educação e sociedade hospitaleira.

Maria Teresa Égler Mantoan (2019) vai se posicionar no campo da educação inclusiva em uma luta por mudar a escola, definindo como um modelo de educação que integra todas as crianças sem fazer nenhuma distinção. Ao apontar para a dificuldade de compreender efetivamente o que é inclusão, cita o conceito de hospitalidade de Derridá como um caminho possível para pensar o que efetivamente poderia proporcionar a inclusão à escola e educação.

Uma hospitalidade incondicional, que manda “abrir as portas a cada um e a cada uma, a todo e a qualquer outro, a todo o recém-chegado, sem perguntas, mesmo sem identificação, de onde quer que ele viesse e fosse ele quem fosse” (Derrida, 2001, p. 47). Essa hospitalidade é a prescrita para a cidade refúgio e no campo dos direitos humanos relaciona-se à perspectiva de grau mínimo de exigência para o acesso às políticas públicas.

O Estado precisa efetivamente chegar até estes/as meninos e meninas, suas famílias e territórios, fazer-se corpo, garantir acesso com acompanhamento integral. Este é um debate bastante

presente na reflexão sobre garantia de direitos à população em situação de rua, para quem as violações e vulnerabilidades se materializam de forma complexa e multidimensional.

O enfrentamento, propomos, volta-se para uma hospitalidade que acolhe sem impor condições, “antes de saber e indagar o que quer que seja, ainda que seja um nome, ou um ‘documento’ de identidade. Mas ela também supõe que se dirija a ele, de maneira singular, chamando-o, portanto, e reconhecendo-lhe um nome próprio.” (Derrida, 2001, p. 250 *apud* Fonseca, 2008, p. 97).

A diferença tão temida como fonte de instabilidade/ desorganização, é a questão de fundo da inclusão. O/a aluno/a não pode ser compreendido como sujeito genérico, a escola não pode se movimentar a partir de identidades categorizadas em grupos, é preciso incluir na integralidade, compreendendo que o peso das diferenças impacta na possibilidade de efetivamente permanecer e participar.

Uma “escola hospitaleira” é aquela que inclui de verdade. Incluir, nesse caso, significa acesso a escola, permanência na escola e participação no processo escolar. A permanência, ainda mais que o acesso, é algo bastante complexo, ainda mais difícil para crianças e adolescentes com marcadores de diferença que agem como atributos extremamente negativos (sem a casa como referência, sem arranjo familiar convencional). Principalmente porque a escola, assim como a sociedade, está organizada a partir de normas, de padrões, sobre o modelo de aluno/a que ela quer formar. Ainda que esse/a aluno/a, assevera Maria Teresa Égler Mantoan (2019), não exista, seja uma definição arbitrária, o sistema de ensino teima em tomá-lo como referência.

Quanto a participação, efetivamente só será possível no arco de ações pautadas na hospedagem incondicional. O aluno chega à escola com a sua bagagem, sua história, e essa bagagem é sua contribuição para a compreensão do mundo. Não só os/as professores/as ensinam, os/as alunos/as também constroem saberes. É a relação entre ambos que garante a aprendizagem e para haver aprendizagem é preciso que exista comunicação efetiva. O/a professor/a jamais garante a aprendizagem sozinho/a, pois esse é um processo que deriva de um diálogo, só assim há participação efetiva no processo. O contrário é a “educação bancária” a que Freire (2005) tanto se opunha.

As teorias do cuidado, reforçam a importância moral e ética inerente a práticas cuidativas, reconhecendo a interconexão entre indivíduos e a responsabilidade de zelar pelo outro. Se aproximam, portanto, da perspectiva de hospitalidade incondicional apontada por Derridá (2001) e defendida por Maria Teresa Égler Mantoan, ao tratar da inclusão com acolhimento para a educação. É com base no cuidado que podemos pensar em uma escola/educação que não seja funcional ao processo de reprodução das desigualdades sociais, conforme defendiam Bourdieu e Passeron (1982).

Temos atualmente a necessidade/urgência, bem como oportunidade, de encararmos seriamente este debate. A Secretaria Nacional de Cuidados e Família foi criada na nova configuração do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, antigo “MDS”, e em alguma medida nos revela, ou nos induz à expectativa, de novas abordagens na forma de construção e condução das políticas públicas relacionadas ao campo da proteção social e garantia de acesso a direitos.

O Censo ainda que represente movimento para a produção de um perfil populacional, foi trabalhado aqui enquanto processo para qualificação dos dados, movimento para fazer dos números oportunidade de melhores condições de vida, de vidas mais cuidadas, de projetar formas do Estado ser presente de forma mais efetiva e de produzir condições de termos cidades (e sociedade) menos hostis.

Neste sentido, tomamos os meninos e meninas e as ruas na cidade do Recife como sujeitos e espaço, para uma análise sobre as demandas de cuidado e a implementação de políticas públicas. Forma

de compreender os desafios que estão colocados há muito para a implementação das políticas educacionais, principalmente em contextos de calamidades e/ou extrema vulnerabilidade. Compreendemos que é a partir da inclusão com participação destes cotidianos e histórias ao espaço escolar que vamos conseguir atuar para transformar intenções gerais de políticas, programas e projetos, em resultados possíveis, atuando sobre os desafios de garantir o direito à educação em contextos de calamidade humanitária.

Considerações finais

[...] o cuidado é um direito das pessoas em todos seus ciclos de vida. Cuidado não é só cuidar de uma criança ou pessoa doente, se refere também à reprodução diária da existência, aos variados cuidados necessários para cada um de nós [...] O acesso a esse direito é desigual, as mulheres são as provedoras principais na ausência da ação pública, compromete o tempo e a vida de uma mulher e sua renda” (Lais Abramo, secretária nacional de cuidados e família)

Considerando a pesquisa realizada, tomamos a rua como território que produz pertencimento, cuja configuração é marcada, em especial, por processos de deslocamentos, produzidos por uma série de outras violações de direitos que ultrapassam meninos e meninas em particular e alcançam seus territórios e famílias.

Ao ouvir os meninos e meninas de Recife apreendemos que estes mesmos processos que produzem deslocamentos dão sentido à vida, integram a experiência e precisam ser matéria e substância de uma educação que se proponha inclusiva. Estes processos são determinantes para os/as meninos e meninas, interessam pouco à escola, e, em resposta, a escola interessa pouco a estes/as meninos/as porque este cotidiano é muito urgente e determinante em suas vidas.

A uniformização, a escola que enquadra os diferentes, que encobre as trajetórias, que atua pela reprodução de habilidades e competências únicas, é uma escola que produz pouco sentido para esses/as meninos, que ao que parece não cabem na escola.

No entanto é mais do que necessário, é urgente, que compreendamos que o fracasso escolar dos/as meninos/as em situação de rua, que se enquadram em contexto de calamidade humanitária, é também uma espécie de fracasso da escola em fazer enfrentamento a urgência do “mundão”. Por outro lado, uma escola que não enfrenta o debate e os desafios que fazem parte da vida cotidiana é uma escola que se apequena dentro do universo alargado destes/as meninos e meninas.

A pauta do cuidado incorporada à educação, principalmente se considerando a questão do trabalho reprodutivo, apresenta a possibilidade de que os diferentes cotidianos sejam reconhecidos e mediados também na escola. Está colocada a possibilidade de refletirmos sobre o lugar da experiência vivida no cotidiano escolar. Conforme afirma Judith Butler, esses “enquadramentos” relacionados à perspectiva de um padrão, produzem práticas sobre “sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos”, e vidas que não são reconhecidas como vidas (Butler, 2017, p. 17).

A experiência do censo, a escuta desses meninos e meninas revelou que a referência para eles sobre educação está muito fundamentada em processos de educação não escolar, talvez por ser esta a educação que demonstre maior capacidade de compreensões sobre a realidade social e de produção de processos educativos voltados à transgressão, conforme apontado por bell hooks (2013).

Ao retomar o debate sobre meninos e meninas em situação de rua, nos questionamos: A escola está na cidade, mas a cidade está na escola? Qual o nosso preparo para lidar com as experiências

cotidianas vivenciadas em uma cidade como a do Recife? A cidade praticada, utilizando uma expressão de Michel de Certeau, integra o conteúdo escolar? Qual o espaço para a produção de discursos, de imagens e representações das “táticas”, das diversas formas de trampolinagem, compartilhando o cotidiano inventado na capital pernambucana (Certeau, 2005)?

Em síntese, acreditamos que a educação só pode ser caminho quando a ameaça e urgência do cotidiano deixarem de conduzir de forma impiedosa estes/as meninos e meninas para experiências degradantes e de exposição à violência nas ruas das cidades, quando estas experiências se transformarem em substância dos processos educacionais estaremos efetivamente transformando a escola em um espaço de inclusão com participação, com reconhecimento das experiências, no sentido de efetivamente promover uma educação integral, integrada aos territórios, as histórias e trajetórias.

O esforço, ora em curso, de criação de um Política Nacional do Cuidado no Brasil, nos parece a possibilidade mais efetiva para fazer com que a escola/educação possa atuar efetivamente na promoção do bem-estar frente à pobreza infantil multidimensional. Movimento que atua não apenas para o acesso, mas à inclusão com acolhimento destes/as meninos e meninas à escola, dando visibilidade e importância para o cuidado (trabalho) “invisível” que, em sua ausência, atua como barreira de acesso para a educação.

As crianças habitam os territórios e é partir do reconhecimento de valorização de territórios, trajetórias e identidades que produziremos oportunidades efetivas de que atuar de forma mais complexa para o enfrentamento do não-lugar que ocupa a escola e a educação no cotidiano, projetos e sonhos destes meninos e meninas, que, provenientes de paisagens periféricas e famílias pobres, ocupam as ruas das cidades do Brasil.

Referências

ANDRADE, F.; PEREIRA, R.; BORGES DA SILVA, A. Crianças e adolescentes em situação de rua: relações entre a rua, o trabalho e a escola. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 10, n. 1, p. 115–127, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/128>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 4498, de 2020. Determina a inclusão da população em situação de rua no censo demográfico realizado periodicamente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8888228&ts=1688590969308&disposition=inline>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. *Código de Menores de 1927*. Lei nº 17943 – A, de 12 de outubro de 1927.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. Campanha Nacional Criança Não é de Rua. Subsídios para elaboração de uma política nacional de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua. Disponível em: <https://criancanaoederua.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Resolução conjunta CNAS/CONANDA Nº 01, de 07 de junho de 2017. Estabelecer as Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social. Brasília, 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMARGO, J. de. Crianças na cidade: políticas públicas e universo cultural. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, v. 96, p. 50-57, 1996.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CONANDA. Projeto Conhecer para Cuidar – Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional como medida protetiva à situação de rua, 2020. Disponível em: <https://www.neca.org.br/projeto-conhecer-para-cuidar-relatorio-final/noticias/>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

DERRIDA, J. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

ESQUIVEL, V. *La Economía del Cuidado en América Latina: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda* (Caderno Atando Cabos, deshaciendo nudos), Ciudad Panama: PNUD, 2011. Disponível em: https://www.americalinagenera.org/es/documentos/Atando_Cabos.pdf. Acesso em: 20 de dez. de 2023.

FERREIRA, M. C. R. Um modelo de dano versus um modelo de desafio. In: Reunião Anual da SBPC, São Luis, julho 1995. *Anais*. v. 1, p. 112.

FONSECA, F. F. de A. A verdade da desconstrução: o horizonte ético do pensamento de Jacques Derrida. 2008. 110f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Fortaleza (CE), 2008.

FREITAS, L. A Instituição do Fracasso: A educação da ralé. In: SOUZA, J. *A Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.325-351.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GREGORI, M. F. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2013.

LEITE, L. C. *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2001.

LOIOLA, G. F. de. *Produção sociojurídica de famílias “incapazes”: do discurso da “não aderência” ao direito à proteção social*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MANTOAN, M. T. É. Hospedar o aluno: dar acesso, permanência e participação. *TEDxTatuiED*, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C_soyoRgilo&t=738s. Acesso em: dez. 2024.

MIRANDA, H. *Entre Ruas e Praças: História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*. Recife: UFRPE/Liceu, 2021.

MIRANDA, H. et. al. *Relatório Parcial: Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife / Humberto da Silva Miranda ... [et al.]* __. 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2023. 99 p.

MIRANDA, H. et. al. *Relatório Final: Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife / Humberto da Silva Miranda ... [et al.]* __. 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2023. 143 p.

MULLER, El. F; MOSER, L. Economia do cuidado: um debate conceitual. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242785/44%201095.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2023.

RIBEIRO, B. *66,7% das crianças e adolescentes em situação de rua são vítimas do trabalho infantil em São Paulo*. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/noticias/reportagens/667-das-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua-sao-vitimas-do-trabalho-infantil-em-sao-paulo/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

RIZZINI, I; CALDEIRA, P.; RIBEIRO, R.; CARVANO, M. *Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/CIESPI, 2010.

ROSEMBERG, F. O discurso sobre criança de rua na década de 1980. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 87, p. 71-81, nov. 1993.

SARTI, C. A. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 5, n. 1/2, p. 39-47, 1995.

SOUZA, J. *Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

RECEBIDO: 31/01/2024
APROVADO: 15/04/2024

RECEIVED: 31/01/2024
APPROVED: 15/04/2024